

## FOLHA DE S.PAULO

# Desemprego sobe em metade dos estados no 1º trimestre

No Nordeste, região com maior taxa de desocupação, 15,3% procuraram vaga

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** O desemprego subiu em 14 das 27 unidades da Federação no primeiro trimestre sob o governo Jair Bolsonaro, informou nesta quinta (16) o IBGE. As maiores variações foram no Acre, em Goiás e em Mato Grosso do Sul.

Em 13 deles, houve recorde na taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui desempregados, pessoas que trabalham menos do que gostariam e aqueles que desistiram de procurar emprego, mas gostariam de trabalhar.

No primeiro trimestre, a taxa de desemprego no país foi de 12,7%, 1,1 ponto percentual acima do registrado no trimestre anterior, com 13,4 milhões de pessoas procurando emprego. A taxa de subutilização bateu recorde de 25%, o equivalente a 28,3 milhões.

Segundo o IBGE, houve aumento do desemprego em to-

das as regiões do país. A maior taxa de desemprego foi registrada no Nordeste, onde 15,3% das pessoas com mais de 14 anos procuraram emprego no primeiro trimestre.

De acordo com o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo, os dados mostram que a crise no mercado de trabalho está espalhada por todo o país e não dá sinais de recuperação.

As maiores taxas de desemprego foram registradas no Amapá (20,2%), na Bahia (18,3%) e no Acre (18%). As menores, no Rio Grande do Sul (8%) e em Santa Catarina (7,2%).

Em São Paulo, o desemprego ficou em 13,5%, acima da média nacional e 1,1 ponto percentual acima do registrado no quarto trimestre de 2018.

No primeiro trimestre, além de São Paulo, o desemprego cresceu no Acre, em Goiás, em Mato Grosso do Sul, no Maranhão, em Mato Grosso, no Dis-

trito Federal, no Tocantins, no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Pará e no Ceará.

Em quatro —RO, RR, MA e DF— a taxa de desemprego foi recorde no trimestre. Em outros dois —RJ e MS—, embora a taxa não seja recorde, o número de desempregados foi o maior da série histórica.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2018, o desemprego cresceu em quatro estados —RR, AC, AM e SC— e caiu em três —CE, MG e PE. Nessa base de comparação, a taxa de desemprego no país caiu 0,4 ponto percentual.

Em Roraima, diz Azeredo, o crescimento do desemprego na comparação anual pode ser reflexo da imigração venezuelana. No estado, a taxa de desemprego subiu 4,7% em relação ao primeiro trimestre de 2019, para 15% da população em idade de trabalhar.

De acordo com o IBGE, um a cada quatro desempregados

brasileiros estavam havia mais de dois anos procurando trabalho no primeiro trimestre de 2019. Ao todo, 3,3 milhões de brasileiros se encontravam nessa posição, recorde para um primeiro trimestre.

Em Dallas, onde se encontrou com empresários e investidores americanos, Bolsonaro voltou a criticar a metodologia de cálculo do IBGE para os índices de desemprego.

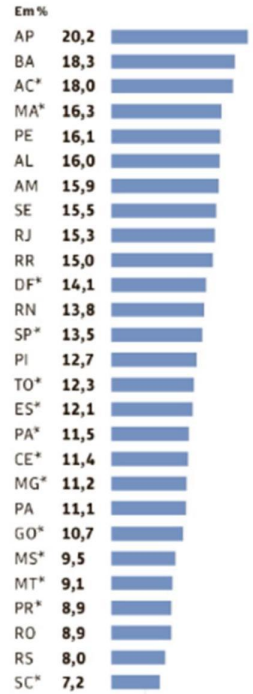
Ele questionou dados do IBGE sobre desemprego —que divulgou que 5,2 milhões buscam trabalho há mais de um ano— e disse que o número de desempregados é muito maior que o apresentado.

“O IBGE está errado, tem muito mais do que isso [13,4 milhões de pessoas]. Agora, em parte, essa população não tem como ter emprego porque o mundo evoluiu. Não estão habilitados a enfrentar um novo mercado de trabalho.”

Colaborou Marina Dias, em Dallas

## Ranking do desemprego no Brasil

Taxa de desemprego por unidade da Federação



\*Unidades da Federação que tiveram alta no desemprego em relação ao quarto trimestre  
Fonte: IBGE

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 16.05.2019	



## Política

# Projeto que facilita pagamento de precatórios por estados deve voltar ao plenário do Senado na próxima terça (21)



16 de Maio de 2019 às 11:15 Por: Jefferson Rudy/Agência Senado Por: Marcos Maia0comentários

O projeto de lei que possibilita que os estados paguem precatórios pendentes junto à União deve ser novamente apreciado no plenário do Senado na próxima terça-feira (21). Essa é a estimativa do senador e líder do PSD na casa, Otto Alencar. Ele foi relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no final do último ano, e é favorável a matéria.

A PLS 163/2018 foi retirada de pauta na sessão da última quarta-feira (15) em virtude de um requerimento de autoria do senador Espião Amin (PP). Assim, o projeto retorna à CAE. O senador baiano foi favorável ao regresso para a comissão.

"Esperidião Amin é um senador experiente, foi prefeito e governador. Ele disse que olharia o texto para ver se conversava comigo para apresentar alguma alteração. Acatei e agora vou aguardar o texto que será encaminhado, a emenda, para acolher no meu relatório ou não", disse ao **BNews** nessa manhã. A matéria transita sob requerimento de urgência.

Alencar explica que o projeto Cria o Conselho de Gestão Fiscal, algo que classifica como "importante para acompanhamento da aplicação de recursos nos estados". O texto também abre prazo para que estados que não entraram no acordo de renegociação de suas dívidas – como Bahia e Distrito Federal – o façam, e oferece válvulas de escape para aqueles que não conseguirem cumprir os valores determinados na renegociação de seus débitos.

### Situação Confortável

De acordo com o senador baiano, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro estão entre os que mais devem à União – R\$220 bilhões, pouco menos que R\$100 bilhões e R\$89 bilhões, respectivamente. A capital paulista deve 79 bilhões. Já a

Bahia, segundo ele tem uma dívida de R\$ 5 bilhões. "A Bahia está em situação confortável", garante. Ele opina que esta dívida pode "perfeitamente" ser quitada no prazo estabelecido de 20 anos, apesar dos altos juros.

Alencar acredita que Minas gerais e Rio de Janeiro, que tem uma dívida alta e estão em uma situação fiscal delicada, não vão ter condições de sair da situação fiscal na qual se encontram sem a aprovação da PLS. "Talvez o Rio, com essa situação do petróleo, possa reequilibrar suas contas. Mas o Minas é mais difícil, pois além da situação fiscal, com dívidas com a união e com outros organismos internacionais, tem débito com os municípios", avalia.

Além desses fatores, ele destaca a crise da mineração provocada pelo rompimento da barragem de Brumadinho, no início do ano, como um fator que agrava a "situação de falência" dos mineiros. Alencar compara as condições para empréstimos impostos pela união à agiotagem, em virtude dos juros calculados pela taxa Selic mais inflação. Os valores praticados, na avaliação do senador, produziram dívidas "impagáveis".

### **Aprofundamento da Crise**

O parlamentar avalia que a situação fiscal como um todo é grave, e que deve se agravar caso o país não retome o ritmo de crescimento neste ano, voltando a gerar emprego e renda. "Nós vamos entrar em uma situação pior do que a da época da Dilma [Rousseff]. Tivemos um recuo de 3,8 do PIB e o dólar disparou - já está em R\$4. A inflação subiu, a bolsa caiu e o desemprego subiu", descreve.

Para Alencar, o contexto também é aprofundado pelas crises políticas que o governo cria, e cita como exemplo o imbróglio provocado pelo contingenciamento de verbas da educação. "Nós que fazemos oposição responsável, nem temos como fazer oposição. A oposição que o próprio governo faz é maior que a nossa. Eles criam uma crise após a outra", conclui.



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 13/05/2019	Coluna: Economia



## ENDIVIDAMENTO DO PAÍS CAIRIA À METADE SEM INCENTIVOS FISCAIS



17 Maio, 2019

O Brasil poderia ter cortado pela metade seu nível de endividamento se tivesse concedido menos benefícios fiscais na última década. Estudo do Ministério da Economia mostra que, entre 2009 e 2018, os chamados gastos tributários – dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa dos incentivos – somaram R\$ 2,5 trilhões, em valores de 2018. Se todo esse dinheiro tivesse sido usado para abater a dívida pública, ela poderia ter encerrado em apenas 33,3% do PIB no ano passado, em vez de alcançar 76,7% do PIB, de acordo com dados do Banco Central.

Segundo O Globo, o estudo mostra o efeito fiscal dos gastos tributários, que o governo quer reduzir nos próximos anos. Hoje, essa renúncia representa mais de 4% do PIB. Só neste ano, deixarão de ser arrecadados R\$ 300 bilhões. O cenário em que toda essa bolada é direcionada para o abatimento da dívida é extremo. O levantamento lista 16 cenários, considerando duas variáveis: a redução do gasto tributário pode ser menor e nem todo o dinheiro poupado pode ir para o abatimento da dívida.

Mesmo assim, teria sido possível reduzir o endividamento. Em um cenário mais moderado, em que os gastos tributários são reduzidos pela metade e metade dessa economia vai para abater a dívida, o estoque seria reduzido em 10,2 pontos percentuais. Ou seja, chegaria ao fim de 2018 em 66,5%.

Os dados devem ser mais usados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ilustrar o efeito dos gastos tributários sobre a economia. Guedes costuma dizer que o volume de incentivos é um sintoma de distorções como a alta carga tributária, que ultrapassa os 33% no país. O ministro também tem uma cruzada contra as despesas para pagar a dívida pública. Frequentemente, diz que o Brasil gasta um Plano Marshall por ano com esse financiamento, em referência ao dinheiro gasto para reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial. No ano passado, as despesas com juros chegaram a R\$ 342 bilhões.



Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 17.05.2019	



## *Política*

# Paulo Guedes vai enviar proposta da reforma tributária ao Congresso até o final de junho



17 de Maio de 2019 às 08:11 Por: *Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil* Por: *Redação BNews0comentários*

O Ministério da Economia pretende finalizar até o final de junho a proposta de reforma tributária. Uma das medidas na minuta visa reduzir seis impostos federais para apenas dois: Imposto de Renda (IR) e outro sobre transações bancárias, nos moldes da CPMF.

Além disso, outro ponto do documento propõe a alíquota única para o IR. A tributação de cerca de 20% seria aplicada para rendas de mais de R\$ 5 mil por mês. Quem ganha abaixo desse valor seria isento. O ministro Paulo Guedes também pretende acabar com deduções em saúde e educação. A informação é da coluna de Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo.

## FOLHA DE S.PAULO

# Incertezas econômicas sobre o Brasil adiam decisão de investimento, diz presidente do BC

Danielle Brant

**BRÁSILIA** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (16) que o Brasil ainda não conseguiu se livrar das incertezas econômicas, o que explica o adiamento das decisões de investimento no país.

As declarações foram feitas em audiência na comissão mista do Orçamento, no Congresso Nacional.

Segundo ele, após a eleição de Jair Bolsonaro, houve um princípio de otimismo com a economia, mas, a seguir, os agentes do mercado entenderam que o país não tinha trajetória fiscal compatível. “Não existe país com inflação baixa e juros baixos e inflação ancorada com fiscal ruim”, disse.

“Viemos de um mundo de grandes incertezas no passado, mas não conseguimos nos livrar das incertezas. Elas continuam no ar. E acho que isso explica um pouco esse adiamento da decisão de investir”,

afirmou o presidente do BC.

“Acho que, quanto mais nós formos capazes de sinalizar aos investidores que estamos falando sério sobre a disciplina fiscal e que vamos resolver esse problema, mais rápido eles sentem confiança para investir.”

Na avaliação de Campos Neto, isso vai acontecer quando o governo conseguir aprovar e implementar as reformas fiscais, como a da Previdência, tributária e outras que melhorem o ambiente de negócios para poder investir.

“Frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória de inflação num horizonte relevante para a política monetária”, disse.

Ao ser questionado pelo deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP) sobre argumentos da oposição de que usar as reservas internacionais para pagar à Previdência acabaria



**Viemos de um mundo de grandes incertezas no passado, mas não conseguimos nos livrar das incertezas. Elas continuam no ar. E acho que isso explica um pouco esse adiamento da decisão de investir**

**Roberto Campos Neto**  
presidente do BC

com o déficit, Campos Neto afirmou que isso seria “uma forma rápida e ligeira de perder a credibilidade de forma acelerada e de colocar o país numa espiral de piora”.

Campos Neto também comentou a possibilidade de ser criado um comitê de política cambial, semelhante ao Copom. Para ele, como o país adota um regime cambial flutuante, não faria sentido ter uma decisão colegiada sobre o câmbio.

“Não temos meta de câmbio, por isso que não temos um comitê de câmbio. Não usamos política cambial para fazer política monetária”, disse.

O presidente do BC reconheceu ter ficado decepcionado com o crescimento econômico do primeiro trimestre, embora acredite em uma retomada. O recuo nos três primeiros meses já foi sinalizado na ata da mais recente reunião do Copom (comitê de política monetária do BC), que manteve os juros em 6,5% ao ano.



17/05/2019 - 05:00

## Maia tem que assumir articulação da reforma, diz relator

Por Fabio Graner, Raphael Di Cunto e Edna Simão

Relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) avalia, em entrevista ao **Valor**, que apesar de o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) dizer que não quer assumir o papel de articulador da reforma, o desgaste do governo e o fortalecimento da Câmara está impondo essa missão ao presidente da Casa. "Na minha opinião, o líder é o Rodrigo Maia. Ele fala que não é o papel dele, mas pela ausência dessa articulação do governo, ou é ele ou é ele", disse. "Ele tem importância muito maior do que o governo. Agora, todos são importantes nesse processo, é uma agenda nacional", disse



Moreira: "Temos que lutar para blindar a Previdência, ela não pode ser contaminada por essas caneladas do governo"

Moreira marcou, na entrevista, certo distanciamento do presidente Jair Bolsonaro. E cobrou que o governo pare de "fazer oposição à oposição". O relator afirmou que conversará com Maia para começar na semana que vem a construir as condições necessárias para aprovar o parecer na comissão especial. E disse que trabalhará para blindar a proposta dos problemas enfrentados pelo governo no Congresso.

Evitando posicionamentos mais firmes de mérito, ele indicou que pensa em colocar uma vedação a novas desonerações na área previdenciária. Disse que não quer descartar o modelo de capitalização, mas pretende garantir alguma contribuição patronal. E mostrou resistência à proposta de pensões abaixo do salário mínimo.

Comandando as negociações em torno do projeto mais importante e esperado na economia, Moreira não era muito conhecido em nível nacional, apesar de já ter cumprido uma série de missões importantes no PSDB paulista. Sua carreira política tem como marco inicial a prefeitura da cidade de Registro (SP), em 1997.

Em 2006 foi eleito deputado estadual, tornou-se líder da bancada tucana e depois do governo Geraldo Alckmin e chegou a presidir a Assembleia Legislativa em 2013/14. Eleito deputado federal em 2014, exerceu metade do mandato por ter se tornado secretário-chefe da Casa Civil de Alckmin em 2016. Reeleito para a Câmara, assumiu há três semanas uma missão naturalmente espinhosa e que se torna ainda mais árdua em meio à dificuldade do governo Bolsonaro lidar com o Congresso.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

**Valor:** *Diante das resistências com a reforma, é possível atingir a meta de economizar R\$ 1,2 trilhão?*

**Samuel Moreira:** A gente sabe que não será fácil, mas eu a persigo desde o início. Acho coerente a economia de R\$ 1,2 trilhão. Ela é muito possível e viável. Acho uma grande oportunidade para fazer justiça social e equalizar o sistema.

**Valor:** *Se forem retirados o BPC, aposentadoria rural e professores, é possível chegar a essa meta?*

**Moreira:** Professor, o impacto [federal] é muito pequeno, mas é muito grande nos Estados. Agora, evidente que nós temos responsabilidade grande para com o déficit dos Estados e municípios. Não podemos apenas lavar as mãos. Temos que encontrar alternativas e compartilhar nossa decisão com Estados e municípios. Tem movimento forte [contrário a



manter Estados e municípios na proposta]. Mas simplesmente tirar e deixar sem solução, sem uma combinação com as lideranças dos Estados que possa resultar numa solução, também não é o ideal. Tem várias ideias. Por exemplo, se o Estado não ratificar individualmente, não valeria para ele.

**Valor:** *Quando o senhor vai apresentar seu relatório?*

**Moreira:** Pretendo entregar até a segunda quinzena de junho. Até.

**Valor:** *Está otimista com a aprovação da proposta?*

**Moreira:** A Câmara tem responsabilidade de dar uma resposta sólida para a sociedade e está preparada para isso. Essa é oportunidade de entregar reforma boa, sair dos puxadinhos. Essa reforma parte de uma iniciativa do governo, mas o que vai sair é uma reforma da Câmara, que terá peso bem maior agora. Até pela força que ela está tendo e pelo desgaste do governo, essa decisão foi transferida totalmente para a Câmara. Não depende mais [de uma melhora da articulação do governo].

**"Até pela força que a Casa está tendo e pelo desgaste do governo, a decisão foi transferida para a Câmara"**

**Valor:** *Dá para chegar aos 308 votos sem ajuda do governo?*

**Moreira:** A liderança do processo não é mais do governo. Essa proposta unifica, está mais madura nos deputados. Ouço constantemente a oposição dizer que a Previdência precisa de uma reforma. Sem a Previdência, o país para, não sai do lugar. Ela consome hoje mais de 50% do orçamento e tem déficit de quase R\$ 300 bilhões. O país para porque você tem que utilizar recursos de outros lugares.

**Valor:** *Mas dá para garantir os votos necessários sem o governo?*

**Moreira:** O governo tem votos importantes para a reforma, tomou a iniciativa de mandar a proposta. Não cabe a mim estimular a discórdia. Não posso desconsiderar o governo numa caminhada dessa, pelo contrário, ele tem partidos importantes, como o PSL, que tem votos. Temos que somar todos esses esforços, temos que ouvir, construir maioria, somar. Mas também não é meu papel ficar construindo maioria.

**Valor:** *E é papel de quem? Do presidente da Câmara, Rodrigo Maia?*

**Moreira:** Não é que vou jogar essa atribuição em cima dele, mas acho que hoje ele é o líder na Câmara, tem peso fundamental. Ele tem importância muito maior do que o governo. Agora, todos são importantes nesse processo. Essa é uma agenda nacional. Governo tem que governar. Governo não é para fazer oposição à oposição. Quem tem que fazer oposição é a oposição. Mas você percebe que, dentro do governo, há lideranças importantes e ajudam, como o Paulo Guedes, o Rogério Marinho. O Onyx tem ajudado.

**Valor:** *BPC e aposentadoria rural vão ficar de fora em seu relatório?*

**Moreira:** Há uma probabilidade. Ainda não há uma certeza sobre uma proposta de variação dos valores do BPC [sugeridos pelo governo]. Ainda que não seja [para quem tem] 60 anos, pode ser 62 ou 63 anos, e uma cota variável até 67 ou 68 anos [para receber um salário mínimo]. O problema de manter tudo como está é que você vai dar um salário mínimo para o cara que contribui com 65 anos e no BPC para quem não contribui também com 65 anos. Você acaba estimulando a não contribuição.

**Valor:** *Têm parlamentares sugerindo que seja opcional?*

**Moreira:** São propostas. Não reduz tanto para R\$ 400, antecipa da mesma forma, mas não deixa uma distância tão grande, até 70 anos. São alternativas. Mas, você não pode estimular a não contribuição. A gente também não pode pensar que as pessoas querem ficar na miséria para receber aos 65 anos. As pessoas querem trabalhar. O problema é gerar emprego. Um dos parâmetros entre vários para aumentar a competitividade do Brasil e melhorar a confiança para receber investimento, é ter o equilíbrio fiscal, as contas em ordem. Isso é básico. Não adianta as pessoas acharem que as pessoas vão investir e dar credibilidade para governos e países que são governados com as contas quebradas. Isso é algo básico. Para ter essas contas equilibradas, a gente tem que passar pela Previdência.

**Valor:** *O senhor consegue ter um compromisso firme em economizar ao menos R\$ 1 trilhão?*

**Moreira:** Tenho essa convicção muito forte de que seria muito bom para a Câmara se de alguma forma a gente conseguisse isso. Não dá mais para não ter idade mínima. Não é possível uma pessoa se aposentar mais com 46/48 anos. Se o Brasil achar que pode se dar ao luxo de pagar aposentadorias de pessoas aos 46 anos de idade, aí tem que ter muito dinheiro.

**Valor:** *No governo anterior, uma crítica recorrente era de que o governo estava fazendo terrorismo fiscal para tentar aprovar a reforma...*

**Moreira:** Isso é para quem não sabe fazer conta. Estamos há seis anos consecutivos, vamos para o sétimo com déficit primário fiscal. Desde 2014, ele existe. Ele não existia antes. Nós passamos a ter. Mesmo com a aprovação da reforma, o governo vai continuar colocando recursos do Tesouro na Previdência. A reforma não vai deixar o sistema de Previdência autossustentável e independente. Vai diminuir o déficit e vai entrar em curva de diminuição do déficit, mas o governo vai continuar pondo recursos. Hoje há um déficit crescente de R\$ 300 bilhões. É o orçamento do Estado de São Paulo. São R\$ 300 bilhões que o governo tira de outros lugares e põe na Previdência.

**Valor:** *O desemprego também afeta as contas da Previdência...*

**Moreira:** A crise do emprego afeta muito porque as pessoas sem carteira assinada não contribuem. Tem outras formas como o MEI. Estou estudando uma informação que o MEI após sua criação ajudou a gerar emprego em que pese uma renúncia fiscal/desoneração de uma fatia da previdência. Você tem várias desonerações. Fazer desoneração com o dinheiro da Previdência é tirar dinheiro do velhinho, do idoso. Deveria ser proibido daqui para frente desonerar com dinheiro da Previdência. Isso é sacanear o idoso. Tirar do velhinho.

**Valor:** *Vai manter a capitalização em seu parecer?*

**Moreira:** Eu acho que o sistema de capitalização nós não deveríamos descartar agora. Nós temos que trabalhar para tomar uma decisão coletiva. Mas isso traz muita boa educação previdenciária.

**"A reforma vai diminuir o déficit, que vai entrar em curva de diminuição, mas o governo vai continuar pondo recursos"**

**Valor:** *Prever a exigência de contribuição patronal reduz as resistências à capitalização?*

**Moreira:** Hoje de toda receita do regime de Previdência, 90%, segundo nossa consultoria, é contribuição patronal. Não é de receita do trabalhador. Se 90% é patronal e o sistema ainda é deficitário, a contribuição patronal tem uma importância enorme. Como você tira? Não para de pé. Isso pode ser resolvido se você colocar na lei que o sistema de capitalização possa ter a contribuição [patronal] paritária ao sistema de repartição.

**Valor:** *Mas não resolve o problema de se financiar a repartição...*

**Moreira:** Aumenta inclusive o buraco porque as pessoas deixam de contribuir aqui para contribuir lá. Você vai ter que equalizar essa diferença com o tempo. Isso não tem definição e tem que ser estudado. Você não está implantando o sistema, você está autorizando que ela seja feita por lei complementar. Você tem que cuidar para que na Constituição algumas garantias mínimas sejam asseguradas, que estão faltando hoje.

**Valor:** *A contribuição patronal?*

**Moreira:** É. O grande objetivo no futuro é desonerar realmente as empresas, para gerar emprego. Mas para isso você precisa estar com as contas em ordem, ter um bom planejamento, senão você está tirando dinheiro da Previdência. O ambiente que você tem hoje que é de política com certa desconfiança, uma certa insegurança e contas desequilibradas. Como é que desonera sem mudar esse ambiente?

**Valor:** *Que outra garantia é preciso para a capitalização?*

**Moreira:** Garantia de salário mínimo. [Outra coisa] que acho importante é que a pessoa que tenha como única renda uma pensão, não tiver outra renda, e tiver a infelicidade de perder um cônjuge, não pode receber menos que um salário mínimo, não pode entrar naquela regra de que fica 60% [da aposentadoria]. Não pode receber abaixo de um salário mínimo. Eu não disse que vou fazer, estou dizendo que está no meu radar, me preocupa. É uma coisa que dificilmente a gente deixará. Tudo tem uma simulação fiscal e, para alcançar a meta, eu preciso compensar.

**Valor:** *Rever as desonerações seria uma forma de compensar?*

**Moreira:** Talvez em um prazo de dez anos, você possa, gradativamente, [reduzir] uma parte de todas desonerações. Não quero falar especificamente de nenhuma delas. Mas desoneração em cima da Previdência é complicado. Não estamos falando de IOF, ICMS, que eu já acho complicado porque as desonerações deveriam ser para política anticíclica, com prazo. Zona Franca de Manaus, não há hipótese de a gente mexer. Mas tem algumas desonerações que podem ser avaliadas, porque estamos falando num horizonte de 10 anos. Primeiro, a gente pode pensar em não ter desonerações a partir de agora.

**Valor:** *Toda semana o governo tem derrotas no plenário e nas comissões, como ter confiança na capacidade de aprovar a reforma?*

**Moreira:** Vamos, com o Rodrigo Maia, começar a organizar a ação política a partir da semana que vem. Na minha opinião, o líder é o Rodrigo Maia. Ele diz que não é o papel dele, mas pela ausência dessa articulação do governo, ou é ele ou é ele. Não tem outro. A missão já está se impondo. A partir da semana que vem, cria-se o momento adequado para construção da ação política para votar na comissão. Lógico que o relatório pode estar sujeito a uma série de mudanças, mas quero construir um relatório com a participação das lideranças políticas, dos líderes, do Rodrigo, e que seja bem adequado para o debate e para as alterações, que sejam mínimas, se eu puder.

**Valor:** *As derrotas do governo não evidenciam a dificuldade?*

**Moreira:** Sou relator da Câmara, não do governo. Eu fui escolhido pelos líderes da Câmara, não pelo presidente da República. Vamos fazer projeto, relatório, da Câmara. E eu acho que temos que lutar para blindar a Previdência, ela não pode ser contaminada por essas caneladas que o governo está dando.

**Valor:** *Como o senhor vê o Centrão, que tem papel decisivo em todas as votações do Congresso?*

**Moreira:** Respeito demais a qualidade da liderança dessas pessoas. São líderes competentes e precisamos deles, das pessoas ligadas ao governo, da oposição.

**Valor:** *Como estão as negociações com os servidores? É confiscatória alíquota de 22%?*

**Moreira:** Diria que o impacto da reforma sobre os servidores não é pequeno, mas acho também que não há exageros. Podemos trabalhar alternativa.



17/05/2019 - 05:00

## Mudar regra do teto só é possível após reforma da Previdência, dizem analistas

Por **Arícia Martins**

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi pouco claro ao defender uma revisão no teto de gastos nesta semana, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, mas é possível pensar em alterações na regra após a aprovação da reforma da Previdência. A mudança mais aceita é a substituição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior como indexador dos gastos do governo federal. A inflação poderia ser acrescida de dois pontos percentuais, ou da taxa de crescimento da população, o que tornaria o teto menos rígido.

Há, ainda, quem seja favorável a excluir o investimento público do conjunto de despesas sujeito ao teto de gastos, ideia que está longe de ser consenso. Isso porque, em tese, o governo poderia passar a enquadrar muitas despesas que não são de fato investimentos nessa rubrica.

Em evento com investidores em Nova York na terça-feira, Maia defendeu rever a Emenda 95 uma vez que a reforma previdenciária seja aprovada. Segundo ele, os limites impostos pela regra, combinados ao baixo crescimento, podem levar o Brasil a um "colapso social". Por isso, seria preciso achar uma "solução" para que o país volte a poder aumentar o gasto público. Ele sugeriu, ainda, aprovar uma lei para neutralizar a chamada "regra de ouro", que proíbe a União de se endividar para financiar gastos correntes.

O Brasil precisa rever todo o seu arcabouço de metas fiscais, diz Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Na regra do teto, Borges sugere a troca do IPCA como referência para os gastos por um número mais "realista", além da retirada dos investimentos públicos do conjunto de gastos que precisam obedecer à medida.

Não há nenhum problema conceitual no teto, mas ele foi mal calibrado no momento de sua implementação, segundo Borges. Criado em 2016 para vigorar por dez anos, renováveis por mais dez, o teto estabeleceu o IPCA do ano anterior como limite para a alta dos gastos públicos federais. Naquele ano, o governo inflou bastante suas despesas e, por isso, não foi um problema cumprir a regra em 2017 e 2018, e não há desafios neste ano, lembra ele. Num prazo mais longo, no entanto, o teto está ameaçado.

Mesmo num cenário considerado otimista, que inclui aprovação da reforma da Previdência, congelamento do salário mínimo, redução dos gastos com pessoal e desvinculação do mínimo do piso das aposentadorias, o teto passaria a ser superado a partir de 2023, destaca ele. Por isso, Borges sugere o uso da inflação acrescida da taxa de crescimento populacional como indexador.

"Assim, o gasto em termos per capita da população seria preservado", afirmou. Outra disfuncionalidade apontada pelo economista é que o teto leva a uma composição contraproducente das despesas públicas, ao reduzir ainda mais os gastos com investimentos. Para corrigir essa distorção, Borges sugere deixar essa rubrica de fora da regra.

"Uma crítica válida a essa ideia é que qualquer coisa poderia passar a ser classificada como investimento público, mas isso não é incontornável", disse. Para solucionar esse problema, uma saída possível seria usar uma classificação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para permitir apenas a exclusão de investimentos de elevado retorno econômico e social do teto, aponta ele.

Na visão de José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos e professor da PUC-Rio, retirar os investimentos é o mesmo que "abrir uma goteira" no teto. "Na primeira chuva que tiver, inunda a casa", diz Camargo, para quem excluir essa rubrica poderia, de fato, dar margem ao governo federal para definir qualquer gasto como investimento.

Uma alteração possível na regra para diminuir sua rigidez, em sua avaliação, seria corrigir as despesas do governo federal pela inflação do ano anterior, acrescida de dois pontos percentuais, o que continuaria dando previsibilidade ao gasto público, diz. "Mas, se não tiver reforma da Previdência, pode mudar o que quiser, que não vai funcionar. O resultado será insolvência fiscal. Falar em mudar o teto antes de aprovar a reforma é um erro."

Camargo concorda que a letargia da atividade, se permanecer, pode causar um colapso, mas, para ele, o outro fator determinante para isso é reformar ou não o sistema previdenciário. "Se o Brasil seguir com crescimento baixo e não fizer uma ótima reforma da Previdência, vamos ter um colapso social. O teto de gastos não é nada perto disso." Uma vez aprovada a reforma, acrescentar dois pontos ao indexador do teto, que é o IPCA, seria uma mudança possível, diz, mas implicaria uma trajetória mais lenta de queda da dívida pública em relação ao PIB.

Mauro Schneider, economista da MCM Consultores, pondera que não é possível saber a que mudanças Maia se referiu quando falou em revisão do teto de gastos, mas destaca que o presidente da Câmara tem posições razoáveis sobre a questão fiscal. Talvez dez anos com as regras atuais do teto seja um período muito amplo, diz Schneider, mas mesmo assim considerar mexer na medida na conjuntura atual não seria uma boa decisão.

Se a reforma da Previdência avançar e seu desfecho for positivo e superar as expectativas, abre-se, em tese, algum espaço para flexibilizar a regra do teto sem que aumente a desconfiança em relação à trajetória da dívida pública, pondera Schneider. "Se isso for feito agora, o resultado para atividade seria ruim, porque há risco que as expectativas se deteriorem ainda mais."

17/05/2019 - 05:00

## Investimento da União no ano é o menor da série histórica

Por Fábio Pupo

A União encerrou o primeiro trimestre registrando o menor patamar de investimentos em pelo menos 13 anos. O valor de R\$ 6,2 bilhões de janeiro a março corresponde a 0,35% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual mais baixo para o período em toda a série histórica (com início em 2007). A queda é resultado da contenção de despesas do governo em meio à dificuldade de cumprir a meta fiscal do ano. O contingenciamento de recursos deve agravar o cenário.

Os números foram calculados pelo **Valor** com base nos mais recentes dados de investimento divulgados pelo Tesouro Nacional e pelos dados preliminares do PIB do Banco Central (BC). O indicador mostra a magnitude do corte de despesas promovido pelo Executivo federal nos últimos anos e, mais intensamente, nos últimos meses.

### Em queda

Investimentos da União em relação ao PIB de cada período - em %



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: Valor Data. \*Considera dados preliminares do PIB calculados pelo B

O percentual representa menos de um quarto do registrado no primeiro trimestre de 2014, ápice da série histórica para o período - o valor era de R\$ 27,4 bilhões (considerando números atualizados), ou 1,48% do PIB daquele período.

Na definição do Tesouro, os investimentos são despesas que contribuem para a produção ou geração de bens que integrarão o patrimônio público. Entre os exemplos, estão obras, instalações, compras de máquinas e equipamentos e outros itens. O valor de R\$ 6,2 bilhões aplicado no ano é 30% menor que em

igual período de 2018. Enquanto isso, as despesas correntes de custeio - aquelas ligadas ao funcionamento cotidiano da máquina pública (como água, luz e despesas com diárias) - caíram 7%, para R\$ 43,7 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirma que a queda nos investimentos decorre da dificuldade do governo de cumprir a meta para o resultado primário do ano. "Estamos indo de fato para um nível muito baixo de investimento público. Entre outras coisas porque neste ano tivemos que fazer um contingenciamento muito grande para cumprir a meta de primário", disse na mais recente entrevista à imprensa sobre os números do mês.

Segundo ele, a principal dificuldade está na arrecadação - que continua menor que o previsto, principalmente diante do ritmo de recuperação da atividade. "A despesa que mais tem sido sacrificada é o investimento público, que já é muito baixo dado o tamanho da carga tributária. Já está chegando num nível muito crítico." Para ele, o que modificaria essa realidade é alterar as obrigatórias - que têm como componente principal a Previdência. Ele vê o investimento terminar o ano em patamar inferior a 0,5% do PIB, o que seria o nível mais baixo para o ano fechado em toda a série histórica (o mais perto disso foi 2017, com 0,7%).

O economista Manoel Pires, ex-secretário no Ministério da Fazenda, afirma que o corte em investimentos contribui para o arrefecimento da economia. "Claramente não ajuda o cenário de atividade. Soma-se a isso o que acontece nos Estados, que também estão retraindo bastante as despesas", disse. Ele lembra que o contingenciamento da União foi anunciado ao fim do primeiro trimestre - por isso, o bloqueio de recursos está pouco capturado nos números. Isso tende a agravar o cenário. Além disso, uma nova contenção orçamentária será anunciada neste mês.

Pires sugere duas saídas para a situação enquanto não é aprovada a reforma da Previdência, considerada a solução estrutural para o problema fiscal. A primeira seria um ganho com receitas extraordinárias. Ou, se não houver alternativa, revisar a meta de resultado primário do ano. "Sempre encarei essa questão da [revisão da] meta como um encontro com a



realidade. Independentemente do viés da equipe econômica, vejo essa questão como algo pragmático."

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado voltado à análise das contas públicas, afirma que o Estado está perdendo capacidade de promover investimentos diante do avanço das outras despesas. Para a entidade, o ajuste fiscal continuará penalizando investimentos caso a trajetória das despesas obrigatórias não seja revista.

"A rigidez orçamentária tem aumentado, dado o avanço quase automático das despesas obrigatórias, o que deixa margem pequena para a evolução das discricionárias - que contêm, por exemplo, os investimentos públicos federais", afirma relatório da equipe de Felipe Salto, diretor-executivo da IFI. "Será difícil para o Estado retomar a capacidade de ampliar despesas de capital enquanto a dinâmica do gasto obrigatório continuar a exercer pressão", afirma o documento.

# FOLHA DE S.PAULO

## Sem margem para errar

Os vaivéns do governo reduzem as opções para a retomada do crescimento

**Pedro Luiz Passos**

Empresário, conselheiro da Natura

Depois de dois anos em queda livre e um biênio estagnada, a economia se aproxima perigosamente da fronteira de uma nova recessão, como sinalizam as estimativas cadentes para o desempenho do PIB de 2019 e o indicador do Banco Central divulgado dias atrás, que apontou um recuo de 0,68% no primeiro trimestre do ano em relação aos três meses anteriores.

Quanto mais tempo ficarmos nesse limbo, maiores serão os danos econômico e social e mais custoso será o

caminho de volta. Como um carro parado há muito tempo, a bateria descarrega, os pneus esvaziam, e colocá-lo em movimento exige um trabalho.

É esse risco que corremos. A economia se arrasta e, depois de quase cinco meses do governo Bolsonaro, poucas medidas efetivas foram tomadas para reverter o quadro de atividade desfiada, aprofundando o ambiente de paralisia que se instalou em 2014 e perdura até hoje.

Os instrumentos convencionais para dar algum tipo de alento à atividade econômica

se esgotaram rapidamente, reduzindo o leque de alternativas para induzir um novo ciclo de prosperidade. O desemprego é a sequele do desalento.

Não há como esperar por ações diretas do setor público para reanimar a economia, a exemplo do que ocorreu em passado recente, com resultados desastrosos. Com as próprias projeções oficiais indicando déficit primário (que não inclui juros) por dez anos seguidos até 2023, não se pode alimentar a perspectiva de estímulos ou receitas extras

vindas de nenhuma das instâncias administrativas do país.

A reforma da Previdência, cuja urgência avança numa razão inversa à lentidão com que tramita no Congresso, não vai gerar recursos no curto prazo — a economia prevista de até R\$ 1,2 trilhão em uma década, como quer o governo, crescerá cumulativamente a partir de 2021. Da mesma forma, as concessões de infraestrutura anunciadas recentemente só começarão a abastecer o caixa público no ano que vem, se tudo correr mais ou menos até lá.

Resta contar com a restauração do ímpeto empreendedor da iniciativa privada. Mas, em razão do longo inverno da economia, ela talvez não garanta, por si só, o impulso necessário aos investimentos. Mesmo assim, e falo como empresário, não se deve esmorecer.

A melhoria nas expectativas depende de muito mais. O conjunto de medidas que compõem a agenda do governo deve vir a público de forma a entusiasmar a sociedade com o objetivo de construirmos um país que atenda aos anseios da população e se mostre promissor aos investimentos privados.

A coesão em torno da esperança de dias melhores não será construída com caneladas e restrições nem com cortes lineares na educação, desprezo pelo ambiente e interdição do debate ao que é fundamental para nossos filhos e netos.

Tudo considerado, o veredito

é claro: não podemos mais errar. É necessário parar com o vaivém de anúncios e desmentidos que marcam os pronunciamentos do presidente, sobretudo em assuntos econômicos, campo no qual parece não comungar com a visão que norteia a equipe do ministro Paulo Guedes. Incomoda também o cacete do Executivo de querer governar de costas para os outros Poderes.

Esse estilo fere pelo menos três dos principais pilares sobre os quais se apoiam a estabilidade da economia e o seu desenvolvimento: segurança jurídica, previsibilidade e determinação. A construção desse cenário positivo requer lições engojadas e com capacidade de mobilização em torno de um projeto factível de prosperidade para o país. Pode parecer óbvio, mas a verdade é que a instabilidade dos últimos meses tem sinalizado justamente o contrário.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 17/05/2019	Página: A23

# FOLHA DE S.PAULO

## Teto de gasto racha, governo se perde

Pibinho, gente na rua e inépcia do governo mudam até ventos do debate econômico

**Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Alguma coisa acontece no coração quando a gente chega à encruzilhada que dá numa recessão. Mais ainda quando se notam as notícias de maio:

- 1) o teto de gastos do governo começa a trincar. Admite-se aqui e ali a ideia de rever o congelamento da despesa federal antes da data prevista, 2026;
- 2) a rachadura é um efeito do desespero que bate na praça, dada a frustração até das expectativas reduzidas de crescimento da economia;
- 3) o governo não tem controle

algum do que se passa no Congresso e não parece capaz ou preocupado de formar coalizão majoritária;

4) medidas do presidente são barradas por inépcia intelectual, jurídica e política;

5) o presidente está mais perturbado do que de costume por causa da investigação das contas de seu clã e, em especial, de seu filho Flávio.

Economistas padrão, ditos "ortodoxos", passam por um processo que em inglês tem o nome sugestivo de "soul

searching", o que se traduz de modo mais chocho por "exame de consciência" ou "análise introspectiva". A retomada do crescimento deu chabu além da conta razoável dos erros de estimativa, mesmo considerados choques recentes. O pessoal está, pois, em terapia.

A conversa sobre taxas de juros altas demais entrou no debate corriqueiro de economistas reputados. Um ou outro admite até que se reveja a proibição de aumentar a despesa do governo federal além do nível

registrado em 2017. A mesma conversa rola pelo Congresso desde o início do mês, muito mais animadamente por lá, é claro.

O objetivo das mudanças seria permitir um aumento do investimento público e, segue o argumento, estimular algum crescimento. Mesmo com a aprovação da mudança previdenciária, não haverá dinheiro para o governo gastar mais em obras nos próximos muitos anos. Enfim, o teto está rachando porque o plano deu errado. Seria um sufoço quase impossível mantê-lo

até 2026 mesmo se a reforma previdenciária tivesse sido aprovada em 2017 e se o crescimento tivesse voltado como previsto. Nada disso aconteceu. O teto perdeu pilares.

A condição estrita para essas mudanças de política macroeconômica (juros, gastos) seria, claro, a aprovação de uma reforma dura da Previdência. Ainda assim, a conversa mudou. Não quer dizer que rever o teto seja viável, econômica ou politicamente.

Primeiro, a revisão do teto exige mudança constitucional. Segundo, os economistas de Bolsonaro são adversários convictos dessa ideia. Terceiro, a ideia de mexer no teto ainda é muito minoritária e anátima. Quarto, o plano em si não é trivial, para dizer o mínimo.

Mais gasto com investimento implica, pelo menos de início, mais déficit e aceleração

do crescimento da dívida pública. Assim, o efeito imediato do gasto extra poderia ser aumento do risco-país, desvalorização da moeda e, pois, alta de juros no mercado, o que anularia o efeito do aumento de gasto. A mera menção de um projeto de revisão do teto pode causar pânico financeiro.

Além do mais, para fazer diferença, o aumento da despesa federal em obras teria de chegar pelo menos a meio ponto do PIB (uns R\$ 40 bilhões): o dobro do gasto previsto para este ano. O governo teria projetos bastantes e de qualidade?

No entanto, começam a soprar outros ventos políticos no debate da política econômica, as ruas rugem um pouco e a descrença na capacidade do presidente se dissemina, assim como o sentimento de "ninguém aguenta mais".

vinicius.torres@grupofolha.com.br

# Tribuna

## Cortes em estatais preveem desligamento de mais de 25 mil

**E**m meio à orientação do governo federal de reduzir custos e gerar resultados, as estatais deverão enxugar ainda mais o quadro de funcionários em 2019. Levantamento feito pelo G1, a partir de informações do Ministério da Economia e das próprias empresas, aponta que o número de desligamentos no ano poderá passar de 25 mil. É o que mostra reportagem Darlan Alvarenga, G1.

Segundo Fernando Soares, secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia, já foram aprovados pelo governo este ano 7 programas de demissão voluntária (PDVs) ou de aposentadoria incentivada de empresas distintas.

A estimativa do governo é de um total de 21,5 mil desligamentos ao longo do

ano somente com esses sete programas, o que poderá gerar uma economia com folha de pagamento da ordem de R\$ 2,3 bilhões por ano.

O número não inclui o PDV anunciado em abril pela Petrobras, que pela lei não precisa de aval do governo para lançar programas de desligamento. Considerando também a expectativa de 4,3 mil demissões na petroleira, o total de desligamentos previstos no ano em estatais chega a 25,8 mil.

“Além desses, já temos outros 4 em discussão”, disse o secretário Soares em entrevista ao G1.

A lista das estatais envolvidas, entretanto, ainda não foi tornada pública. Segundo o secretário, a abertura de PDVs ou programas de aposentadoria incentivada é uma “decisão estratégica de cada empresa” e

não cabe ao governo “queimar a largada”.

“A secretaria aprova os parâmetros. Cabe à diretoria das empresas, em conjunto com a área de recursos humanos, conversar com os funcionários e fazer um trabalho de divulgação”, disse.

“O que posso dizer é que estamos reforçando a estratégia e tem uma orientação clara do governo no sentido de economicidade e melhor resultados... estamos reduzindo os quadros”. Entre as estatais que já anunciaram PDVs ou programas de aposentadoria incentivada estão Correios, Petrobras, Infraero, Serpro e Embrapa. Os planos são voltados principalmente a trabalhadores mais velhos, próximos da idade de se aposentar ou que já estejam aposentados pelo INSS.